

# CIÊNCIA INCOMPREENSÍVEL

## PROBLEMAS DE UMA LINGUAGEM PRÓPRIA À TEORIA<sup>1</sup>

Niklas Luhmann

*Tradução do alemão: Leopoldo Waizbort*

### RESUMO

Deve a ciência ser eminentemente compreensível? Quais os parâmetros da boa e da adequada compreensibilidade dos textos científicos? Como se relaciona a compreensibilidade do objeto com a forma de sua apresentação? Quais os limites de compreensibilidade a que devem se ater os cientistas? Como se situa a produção sociológica nessa questão? Essas são as indagações que movem o presente texto, reprodução de uma conferência feita pelo autor em Wolfenbüttel, Alemanha, no final da década de 1970.

*Palavras-chave: teoria da ciência; linguagem; sociologia, compreensibilidade.*

### SUMMARY

Should science be eminently understandable? What are the parameters of good and adequate understandability of scientific texts? How should we relate the understandability of the subject with its presenting form? What are the limits to understandability that scientists should restrict themselves to? How sociological production is situated in this matter? These are the issues that guide this text, which is a reproduction of a conference by the author in Wolfenbüttel, Germany, in the end of the 1970s.

*Keywords: theory of science; language; sociology; understandability.*

(1) Publicado originalmente como "Unverständliche Wissenschaft. Probleme einer theorieeigenen Sprache". In: Luhmann, Niklas. *Soziologische Aufklärung 3. Soziales System, Gesellschaft, Organisation*. 3ª ed. Opladen: Westdeutscher, 1993 [1979], pp. 170-177 [N.T.: Traduzi este texto para os meus alunos na disciplina "Sociologia do amor" (USP, 2000) quando tentávamos, em conjunto, ler e compreender um livro de Luhmann. A eles é dedicada a tradução, tal como o fiz na ocasião].

Quem quer que fale ou escreva deve exprimir-se compreensivelmente. Essa é uma exigência evidente à primeira vista. Pois para que se pronunciar se não se quer ser compreendido?

Entretanto, a sociologia não é a teoria da primeira vista, mas sim a teoria da segunda vista. E à segunda vista as questões e considerações aumentam. Deve-se coagir igualmente tudo o que é dito sob o chicote da compreensibilidade? Compreensibilidade deve significar compreensibilidade para qualquer um? Compreensibilidade sem esforço? Compreensibilidade sem qualquer preparação, sem qualquer perda de tempo na reflexão e na decisão? Há um *continuum* linear que leva da incompreensibilidade à compreensibilidade e do qual se pode exigir mais compreensibilidade? Ou nesse caminho do incompreensível ao compreensível também há descaminhos, como por exemplo o malcompreendido? Será que o incompreensível só pode ser solucionado mediante o aumento simultâneo da compreensibilidade e da má-compreensibilidade?

Além disso, como sociólogos estamos acostumados a partir do fato de que uma realidade social dada tem razões para ser tal como ela é: razões ou fundamentos. Portanto, quando nas ciências e mesmo na sociologia são produzidos textos dificilmente compreensíveis ou quase incompreensíveis, quais são as razões para tanto? E o que é preciso mudar para poder mudar isso?

Finalmente, uma terceira observação preliminar: apelos ao orador ou escritor para se exprimir compreensivelmente são fáceis de fazer, mas permanecem sem consequências se não levam em consideração as razões que estão do outro lado. A apelação parece ser uma espécie de doença, cujo transcorrer típico é, entretanto, bem conhecido: ela aparece em acessos que se repetem regularmente e podem ser bastante dolorosos para os atingidos, especialmente porque eles não conhecem a razão de sua doença. Mas, por sorte, o apelar, embora difundido, não é contagioso. O doente isola-se a si mesmo<sup>2</sup>.

Assim, não preciso me preocupar em defender-me dos apelos. Não considero absolutamente minha tarefa a defesa ou a desculpa. Gostaria simplesmente de relatar e analisar quais problemas de linguagem aparecem quando se trata de um trabalho teórico exigente.

(2) Devemos o diagnóstico básico a Ottmar Ballweg, em *Jahrbuch für Rechtssoziologie und Rechtstheorie*, 2, 1972, p. 581.

## I

Tendo em conta os colegas aqui em Wolfenbüttel e com vistas ao tema geral "Prosa erudita", pode ser oportuno adentrar o tema com uma consideração histórica.

Os marcos decisivos, parece-me, foram postos no século XVII. Naturalmente, desde muito já havia terminologias específicas que não eram compreensíveis para todos. No século XVII cultivou-se inicialmente a tendência oposta. Assim como havia novos esforços tendo em vista uma religiosidade de alcance cotidiano, e no entanto exigente, havia também esforços visando uma cultura de alcance cotidiano, apropriada à conversação. Assim como as formas mais elevadas da vivência religiosa não deveriam ser acessíveis apenas nos mosteiros, as escolas não deveriam reproduzir apenas sábios. Vários autores abalizados enfatizaram que a conversação não existia para promover a erudição. Guez de Balzac distinguia, nesse sentido, *éloquence de l'école* e *éloquence du monde*. Havia uma mentalidade "para todos" — válida naturalmente apenas para os estratos mais elevados —, na crença, na linguagem, no saber, que rompeu com as especializações anteriores, tais como o mosteiro e a escola. Utilizando-se um termo técnico sociológico, poder-se-ia falar em esforços pela *inclusão*.

No domínio que posteriormente será denominado "teoria da ciência" é possível observar as transformações correspondentes. Enfatizou-se, com um olhar de relance para a teologia, que seria possível um conhecimento puramente *natural* da *natureza*. Por outros caminhos, a distinção entre

*certitude morale* e *certitude plus que morale*, que se encontra no Descartes dos *Príncipes* (§§ 205 e 206), ganhou em significação e parecia satisfazer plenamente aos fundadores da Royal Society como base para a difusão e ampliação do saber, uma *moral certitude*. Penso, por exemplo, em Joseph Glanvill. Contudo, a *moral certitude* repousa em capacidades naturais e no *common sense*. E ela necessita, compreensivelmente, fazer uso de uma linguagem universalmente compreensível a fim de poder se afirmar no campo social da certificação do saber<sup>3</sup>.

No século XVII o desenvolvimento de uma ciência em processo de diferenciação era iminente, e por isso precisava-se estar interessado em garantir um terreno o mais amplo possível para o consenso social — evitando os protestos dos teólogos e fugindo da dupla armadilha do dogmatismo e do ceticismo, que teriam bloqueado o desenvolvimento posterior. Os senhores sabem no que deu isso: veio Newton e tudo se transformou. Para o século XVIII a ciência é *um fato já estabelecido*. Agora era preciso compreender a ciência também no seu *porvir*, em toda a sua abertura para o futuro. Todo o planejamento de pesquisa precisa dar conta também das memórias do sistema. Uma pesquisa que ora inicia seu caminho só pode se articular levando em consideração os resultados e as decisões conceituais já existentes, mas não pode se limitar a apenas reproduzir o que já é conhecido. É preciso *reformular* — ir além de conteúdos objetivos *constelados*. Com isso, a linguagem é forçada a adentrar as exigências específicas da ciência, às quais logo voltarei.

Correspondentemente, apenas agora, literalmente *post factum*, a teoria da ciência ganha a forma de uma reflexão que se diferencia. Ela se torna — se posso exprimir-me de modo tão complicado — teoria do sistema no sistema. Já se encontram sintomas para esse desenvolvimento antes de Hume e, com maior razão, antes de Kant. Assim, ainda no contexto de uma discussão acerca de dogmatismo e ceticismo, Pierre Daniel Huet afirmara, em 1723<sup>4</sup>, que a incerteza do conhecimento não se referia ao objeto representado nem ao conteúdo do conhecimento; portanto, não se referia àquilo que é ou àquilo que sei, mas sim à *relação* de correspondência entre objeto e conhecimento. Mesmo se houvesse conhecimento verdadeiro, seria preciso permanecer eternamente na incerteza sobre se se trata de conhecimento verdadeiro, pois o conhecimento sempre implica, antecipada e auto-referencialmente, seu relacionamento com o mundo exterior. Enquanto verdade, a verdade permanece incognoscível.

Uma tal figura, que relaciona o argumento da *auto-referência* a um conteúdo objetivo *relacional*, exige demais da linguagem utilizável no mundo cotidiano. Isso vale sobretudo quando ainda se quer extrair conclusões e não se contenta, como o bispo Huet, em acenar para a teologia. Aqui, a reflexão sobre a ciência leva à explosão da *moral certitude*. o que a própria ciência realiza explode a linguagem que lhe é agregada. Nos dois planos, os instrumentos são crescentemente tomados por exigências auto-definidas.

(3) Ainda assim, admitiu-se "que o talento de bem escrever não é sempre o quinhão dos que estão mais entranhados nas ciências", como disse o abade de Bellegarde (*Modelles de conversations pour les personnes polies*. 6<sup>a</sup> ed. Haia, 1719, p. 275).

(4) *Traité de la foiblesse de l'esprit humain*. Amsterdã, 1723, reimpressão Hildesheim, 1974, pp. 180 ss.

## II

Essa rápida análise histórica não é desprovida de significado para a situação contemporânea, para as atuais possibilidades lingüísticas da ciência. Se é certo que esta se diferencia como um sistema social de comunicação, é de se esperar que se desenvolvam condições de comunicação próprias para tanto, que beneficiem a comunicação interna em contraposição à externa. Só assim limitações mínimas de realização podem ser superadas.

Isso é decerto universalmente reconhecido e aceito ao se tratar do desenvolvimento de uma *terminologia* particular. A discussão usual sobre nosso tema se detém nesse plano. É preciso conhecer os vocábulos, pois caso contrário não se pode nem compreender nem participar da conversa. Quando os juristas falam de uma *condictio* ou os teólogos de *kerygma*, pode-se com efeito lhes pedir para se exprimirem de modo mais compreensível. Mas isso significa apenas e precisamente: expliquem-me o termo, pois não sou especialista. Em princípio, certamente ninguém irá negar as vantagens dos meios de expressão especializados, sobretudo o ganho em velocidade e exatidão da compreensão. Não gostaria porém de ocupar-me mais disso aqui, pois há outros problemas de linguagem nas ciências radicados muito mais profundamente e que não se deixam solucionar apenas mediante terminologias especiais. A linguagem é não apenas um problema das *palavras*; ela é sobretudo um problema de transmissão de *nexos de seleção*.

Gostaria de considerar os problemas lingüísticos que estão além da terminologia sob cinco aspectos. Não tenho nenhuma razão para supor que se trata de uma lista completa. Contudo, são aqueles problemas que sobressaem com mais pungência na minha própria prática de formulação e aos quais gostaria de atribuir a incompreensibilidade não apenas dos livros que foram escritos, mas sobretudo daqueles que não foram escritos.

i) O primeiro aspecto refere-se à *ligação com a tradição*. Não se pode deixar de usar conceitos estabelecidos: política, opinião pública, reflexão, poder, amor, apenas para nomear alguns. Entretanto, ao mesmo tempo esperam-se progressos do trabalho científico, e portanto transformações. Na medida em que tais transformações situam-se em níveis exigentes de teoria, depara-se sempre com a questão acerca do que é melhor: continuar com as terminologias, embora seu significado se transforme, ou despachá-las e, com isso, renunciar às linhas de identificação com a tradição.

Um exemplo disso: em ligação com Talcott Parsons, desenvolve-se contemporaneamente uma teoria geral dos meios de comunicação simbolicamente generalizados, que abrange casos tais como dinheiro, poder, amor, verdade, arte, direito etc. Esses conceitos designam códigos de comunicação — *shared symbolic systems*, como teria dito Parsons —, e isso transforma seu sentido tradicional. Então, poder não é mais uma causa potente; a verdade não é mais um atributo dos conhecimentos ou das proposições; o amor não é um sentimento; senão que se trata, em todos esses casos, antes de mais

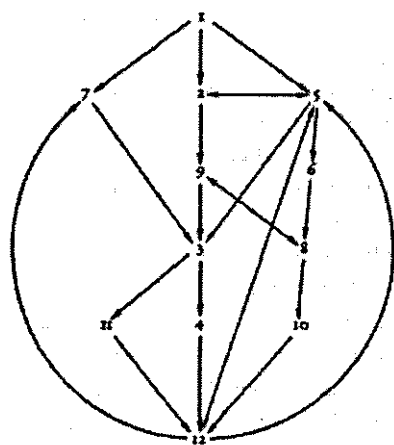
nada, de símbolos generalizados aos quais se pode referir na comunicação quando se quer constituir socialmente os respectivos conteúdos objetivos. É preciso, para se fazer compreensível, saber como se deve exprimir quando se ama, antes de se apaixonar. A comparabilidade desses variados meios — e este é o ganho da teoria — só se deixa garantir sobre essa construção teórica. A finalidade da formação da teoria não se deixa alcançar de outro modo. Contudo, a má-compreensibilidade que pode se originar aqui é evidente. E com maior razão as formulações decorrentes serão incompreensíveis se o leitor ou ouvinte permanecer preso à tradição ou à compreensão cotidiana ou escorregar constantemente para elas.

ii) A seguir gostaria de mencionar, de maneira muito rápida, um problema que também tem conseqüências lingüísticas: no trabalho teórico muito abstrato, mas também na pesquisa mais complicada que é consciente quanto ao método, é praticamente obrigatório que *a linguagem se adapte à consciência operatória da pesquisa*. Sabe-se ainda o que se está a fazer, mas não se sabe de que se trata. Mas é justamente isso que o leitor quer saber e compreender. E, assim, ele é desorientado. Por exemplo, diz-se que a variável X "influencia" a variável Y, embora, rigorosamente falando, isso seja um absurdo. Ou então se diz, para exprimir relações conceituais altamente complexas, algo como "reduzir complexidade". E então o leitor já pode compreender.

iii) O terceiro aspecto é substancialmente mais difícil de abarcar e apresentar. Para começar, vou dar-lhe um nome: *seqüencialização da estrutura da teoria*. Seria preciso dispor as apresentações de uma teoria, conferências ou livros de tal maneira que inicialmente fossem expostos os aspectos gerais, os conceitos básicos, os axiomas que são o pressuposto para a compreensão do que vem depois, e então poder-se-ia passar para as afirmações decorrentes, os empregos, as concretizações. Ou que se comece com o caso mais simples, o indivíduo por exemplo, e termine no mundo. Pensem, por exemplo, na *Crítica da razão dialética* de Sartre. Entretanto, teorias exigentes não se deixam serializar dessa maneira. Elas são, por assim dizer, empreendimentos com múltiplos cumes. Disso decorrem problemas de arranjo e de composição textual que não se deixam mais solucionar de modo ótimo. A teoria da sociedade que tenho em mente poderia ser escrita a partir da teoria dos sistemas, ou da teoria da evolução, ou da teoria da comunicação, ou a partir de teorias sobre o sentido e a auto-referência. Cada entrada, cada início é onerado com pressuposições não-explicitáveis, e por conta disso ela seria muito pouco compreensível para quem apenas lesse o texto seqüencialmente. O leitor pode verificar se as orações estão gramaticalmente corretas, mas não pode perseguir as opções da teoria, as quais estão no seu fundamento.

Seria bom caso se pudesse retratar esse plano facilmente labiríntico da teoria em livros que, por assim dizer, fossem montados bidimensionalmente e portanto abrissem variados caminhos de leitura. Mas isso não teria nenhum proveito, pois seria preciso escrever os textos de maneira diferente, de acordo com o caminho que o leitor tomasse. Trouxe comigo o plano de um

livro sobre a teoria dos sistemas sociais, no qual é pelo menos nítido opticamente por que esse livro não foi escrito até agora<sup>5</sup>.



1. sistemas sociais como objeto geral
2. dupla contingência e limites do sistema
3. sistema e ambiente
4. interpenetração: sistemas pessoais e psíquicos
5. sentido
6. esquematização das dimensões de sentido
7. complexidade
8. experimentar e agir
9. comunicação
10. tempo
11. capacidade de dissolução e recombinação
12. auto-referência

iv) Poder-se-ia provavelmente designar meu quarto problema como um problema *lógico*. É de se supor — ou, em todo caso, muitas teorias sociais partem disso — que haja realidades que só se deixem apresentar na forma de teoria como contradições. Mais ainda: são formuladas teorias que precisariam, em sentido preciso, ser compreendidas elas mesmas como parte do âmbito de seu objeto. Não teria Freud inventado sua teoria apenas para a auto-sублиmação? A teoria dos sistemas não é, ela mesma, um sistema de seus sistemas? Frente a esses problemas, os lógicos precisariam reagir com a distinção de referências de sistema e os dialéticos com a consideração de que as contradições produzem movimento ou transformações. Esta última solução é, em si mesma, incompreensível, e a primeira é onerada com problemas lingüísticos consideráveis se se precisa prover frase a frase uma consciência de referência do sistema ou do plano.

v) Finalmente, gostaria de falar uma vez mais de maneira bem genérica de um conteúdo objetivo que se poderia sociologicamente atribuir à diferenciação, estabelecida no século XVII, de um sistema específico da ciência. Gostaria de denominá-lo *aumento da capacidade de dissolução e recombinação*. Bachelard mostrou essa tendência de maneira modelar no conceito de matéria<sup>6</sup>. Aquilo inicialmente pensado como unidade e preenchido com atributos foi reformulado como relação. Aquilo que atuava como elemento foi radicado mais fundo — apenas para, no próximo salto de desenvolvimento, ser dissolvido. Formam-se então contraconceitos que formulam uma recombinação correspondente em termos de dissolução — por exemplo, emergência, evolução, sistema. As verdadeiras afirmações científicas referem-se agora à relação ou às correlações, isto é, relações de covariação: como se altera uma variável quando outra variável se altera e sob que condições adicionais esses nexos valem ou não valem. Também aqui a linguagem pena para seguir o pensamento. Naturalmente, vale como antes:

(5) N. T.: Cinco anos após a publicação deste texto editou-se o tal livro: Luhmann, Niklas. *Soziale Systeme. Grundriß einer allgemeinen Theorie*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1984 (trad. norte-americana: *Social systems*. Stanford University Press, 1995; trad. mexicana: *Sistemas sociales*. 2ª ed. Anthropos, 1998).

(6) Bachelard, Gaston. *Le matérialisme rationnel*. Paris, 1953.

tudo o que pode ser pensado pode também ser dito. Mas não é esse o problema. O problema é: como eu crio, com meios lingüísticos, *presença simultânea* suficiente de conteúdos objetivos complexos e, com isso, controle suficiente sobre o movimento de ligação do falar e do compreender?

### III

Interrompo aqui o comentário sobre algumas dificuldades lingüísticas próprias à teoria. Muito mais poderia e deveria ser dito — por exemplo, com relação aos problemas da apresentação conjunta da consciência de conhecimento, acerca do manejo de negações etc. Em vez de vislumbrar mais coisas, prefiro tocar rapidamente um outro tema antes de, para finalizar, retornar aos problemas de uma linguagem própria à teoria.

Meu tema intermediário ocupa-se com a inflação do jargão sociológico e seu transbordamento para outras disciplinas. A sociologia tornou-se uma ciência intensamente exportadora. Talvez uma das causas para tanto seja o fato de que justamente a ela é exigida, em alta medida, compreensibilidade, pois o comércio interdisciplinar só pode funcionar quando a compreensibilidade é garantida. Politólogos, pedagogos, historiadores, teólogos, juristas e mesmo filósofos deixam em seus próprios textos vestígios de leituras sociológicas. Está a sociologia em via de usurpar o controle sobre a definição da realidade social? E resultam disso exigências específicas no que diz respeito à compreensibilidade?

Provavelmente é preciso responder a essa questão de modo diferenciado. Não se pode dizer que a sociologia enquanto ciência esteja hoje em dia em situação de explicar adequadamente a realidade social. Ela não possui — pode-se dizer de maneira bastante rigorosa — nenhum verdadeiro conhecimento garantido acerca da nossa sociedade. Por isso, não é inofensivo quando seus conceitos e tentativas de afirmação são compreendidos e tratados como conhecimento em outras disciplinas. Por outro lado, a sociologia dispõe, no que diz respeito ao método e à teoria, em comparação com outras disciplinas das ciências humanas, de uma maior capacidade de dissolução. E quem domina o esquema de dissolução define também as capacidades de recombinação. Quando se lança mão dos meios de pensamento disponíveis na sociologia, passa-se de modo inadvertido à aceitação compacta de outras disciplinas e se aceita com isso *nolens volens* o controle sobre a formulação do problema. Se outras disciplinas queixam-se da incompreensibilidade da sociologia, ela pode compreender precisamente isso e, eventualmente, verificar em um coeficiente de irritação se sua compreensibilidade cresce ou diminui.

Sob o ponto de vista da linguagem, é extremamente difícil, na circulação limítrofe interdisciplinar, oferecer uma consciência suficiente das condições, opções e contingências das próprias afirmações. Chega-se tipicamente a um processo que a teoria da decisão denomina "absorção da inseguran-

ça". Um lado extrai, com todo o cuidado, certas conclusões de uma situação objetiva complexa. O outro lado fundamenta suas operações de ligação não mais na situação objetiva, mas apenas nas conclusões. Quando se soma a isso o fato de que o prestígio da entrega não se baseia absolutamente em conhecimento, mas sim na capacidade de dissolução, então precisamente a compreensibilidade torna-se um problema e passa-se a desejar formas lingüísticas que intermedeiem uma medida suficiente de reserva e evitem uma compreensão demasiado rápida. Caso contrário, a sociologia cairia de fato em uma situação de predomínio na política das idéias, que lhe seria perniciososa.

#### IV

Todas essas reflexões confluem para uma constatação: há problemas de formulação específicos na produção teórica que não são suficientemente abarcados sob o ponto de vista da compreensibilidade — mas isso decerto não deve ser entendido como apologia da incompreensibilidade.

"Problemas de uma linguagem própria à teoria": com isso nem penso tanto no muito lamentado uso de palavras estrangeiras em situações em que há expressões da língua alemã à disposição. Também não penso nas colisões ocasionais com a polícia lingüística de Konrad o Grande. É preciso tomar liberdades dessa natureza quando se fazem necessárias, e os leitores não deveriam se irritar.

O problema nas formulações da teoria é completamente outro: para a conquista lingüística da atenção do ouvinte ou leitor há um intervalo de tempo extremamente curto à disposição a ser preenchido com palavras, idéias e associações; depois é preciso largar mão e confiar na memória do parceiro. Mas como se pode saber ou direcionar, por meio de sinais lingüísticos, o que ele reatualiza a cada momento? Como se pode evitar que tradições conceituais ou preconceitos estranhos à teoria se imponham recorrentemente? Tudo isso exige um elevado adensamento textual. Muitas vezes, compressões de palavras ajudam. Mas então há o problema de que o leitor lê muito rapidamente e o ouvinte ouve muito lentamente. Portanto, a forma da frase precisa ser límpida, elegante, surpreendente e não obstante confiável, a fim de que a atenção fique presa e o modo da escrita adapte-se ao da afirmação da teoria. Falei há pouco da presença simultânea. Esse é o problema.

Certamente não é possível conduzir a linguagem da teoria segundo o princípio do comboio e esperar pela compreensão do que vem em último lugar. Mas é preciso se esforçar para manter um grupo na vanguarda e providenciar uma possibilidade de ligação com a retaguarda. Linguagem para poucos, compreensão para poucos: precisa ser assim? Não penso em nenhum princípio de exclusão e muito menos em uma linguagem elitista. Mas penso que se deve encarar sem concessões as necessidades da coisa e que a compreensibilidade não pode ser um princípio que impeça algo que é possível de ser dito.



Recebido para publicação em  
19 de abril de 2002.

Niklas Luhmann (1927-98) foi  
professor de sociologia na Uni-  
versidade de Bielefeld, Alema-  
nha.

---

Novos Estudos

CEBRAP

N.º 63, julho 2002

pp. 51-59

---

Para finalizar, ainda uma observação: muitas vezes, penso que o que nos falta não é uma prosa erudita, mas sim uma poesia erudita. As teorias científicas possuem um conteúdo de conformidade com relação ao mundo peculiar que elas próprias (com toda a incorporação da auto-referencialidade) não podem formular e talvez sequer possam perceber. As tentativas tão insuficientes de uma interpretação política das "verdadeiras" afirmações de teorias indicam essa necessidade de uma segunda versão, sem contudo satisfazê-la de modo apropriado. Em vez disso, talvez devesse haver, para realizações mais exigentes da teoria, uma espécie de poesia paralela, que dissesse tudo uma vez mais, de modo diferente, e com isso referisse a linguagem da ciência aos limites de seu sistema funcional.